



SUMMIT ELITE

— ESPECIAL —
REFORMA TRIBUTÁRIA



19 A 21 DE OUTUBRO
FOZ DO IGUAÇU/PR

**A Reforma Tributária e os Impactos
nas Contratações Governamentais**

BDI • Orçamento • IBS • CBS
• Reequilíbrio Econômico-Financeiro
• Contratos Administrativos



CON
treinamentos

**#EU
ME
IMPORTO**



APRESENTAÇÃO

A reforma tributária brasileira representa uma profunda transformação na gestão das contratações públicas. Seus efeitos transcendem a arrecadação e atingem diretamente a dinâmica dos contratos administrativos em todas as suas modalidades — obras públicas, serviços de engenharia, serviços continuados, tecnologia da informação, terceirização e aquisição de bens —, afetando a estrutura de custos, a formação de preços e a equação econômico-financeira dos contratos. Compreender essa nova realidade é essencial para gestores, engenheiros, auditores, assessores jurídicos e profissionais que atuam na formulação de orçamentos, na execução contratual e no controle de empreendimentos públicos.

Nesse contexto, o Summit Elite de Reforma Tributária foi concebido para proporcionar uma compreensão aprofundada, prática e estrategicamente orientada acerca dos reflexos das mudanças normativas sobre as contratações públicas em toda sua abrangência. O objetivo é preparar os participantes não apenas para compreender as alterações legais, mas, sobretudo, seus impactos concretos sobre a modelagem das contratações, a elaboração dos estudos técnicos preliminares, dos orçamentos estimativos, da formação de preços, Pesquisa de Mercado, dos créditos tributários e dos instrumentos convocatórios.

Ao longo do Summit, serão examinados temas centrais aplicáveis ao universo das contratações governamentais: a transição tributária entre os anos de 2026 e 2033; os efeitos da CBS e do IBS sobre a formação de preços; a apropriação e o tratamento dos créditos tributários; o impacto sobre a precificação de bens e serviços; os reflexos para fornecedores enquadrados em diferentes regimes fiscais; os desafios relacionados à comparabilidade de propostas durante o período de transição; os efeitos sobre a competitividade dos certames; a formação de custos; as atas de registro de preços; os contratos de fornecimento continuado; e os impactos sobre a equação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, reajustes, repactuações e recomposições contratuais.

No contexto dos serviços terceirizados, o Summit abordará os impactos sobre a elaboração de planilhas de custos, a formação de preços, os encargos incidentes, o aproveitamento de créditos tributários e os reflexos sobre repactuações e pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro. Serão analisados os desafios decorrentes da convivência entre diferentes regimes tributários durante o período de transição, além das melhores práticas para estruturação de editais, termos de referência e contratos.

No universo das obras públicas e serviços de engenharia, o Summit promoverá uma análise aprofundada dos impactos específicos sobre o setor, explorando a nova sistemática de creditamento tributário, os reflexos sobre custos diretos e indiretos, a reformulação da composição do BDI, a influência da CBS e do IBS na elaboração dos orçamentos de referência, bem como seus efeitos sobre medições, pagamentos, aditivos contratuais e gestão da matriz de riscos.

Com uma abordagem eminentemente prática, fundamentada em estudos de caso, simulações e análises de situações reais, o Summit proporcionará aos participantes uma visão integrada dos impactos das mudanças normativas sobre as contratações públicas, preparando-os para interpretar e aplicar as novas exigências legais com segurança técnica, jurídica e gerencial. Trata-se de uma imersão executiva destinada aos profissionais que participam das decisões estratégicas re-





lacionadas às contratações governamentais. Ao reunir especialistas de referência nacional e promover o debate entre os aspectos jurídicos, técnicos e econômicos, o evento contribuirá para a mitigação de riscos, o fortalecimento da governança das contratações públicas e a adoção de soluções tecnicamente fundamentadas, juridicamente consistentes e economicamente eficientes.

Por sua relevância e profundidade, trata-se de um encontro indispensável para agentes públicos, gestores, assessores jurídicos, auditores, fiscais de contratos, engenheiros, orçamentistas, consultores, empresas contratadas e demais profissionais que atuam no universo das contratações governamentais.

PÚBLICO ALVO

O Summit Elite de Reforma Tributária nas Contratações Governamentais foi concebido para profissionais que atuam diretamente no planejamento, contratação, execução, fiscalização, controle e gestão de contratos administrativos, especialmente nas áreas de obras públicas, serviços de engenharia e contratações governamentais.

Destina-se, especialmente, a:

- » Gestores públicos e dirigentes de órgãos e entidades da Administração Pública;
- » Gestores, administradores e fiscais de contratos administrativos;
- » Gerentes de contratos de obras públicas e serviços de engenharia;
- » Agentes de contratação, pregoeiros, membros de equipes de apoio e integrantes de comissões de contratação;
- » Auditores, controladores internos e externos e demais profissionais dos órgãos de controle;
- » Engenheiros, arquitetos, orçamentistas e profissionais da área de engenharia de custos;
- » Advogados, procuradores, assessores e consultores jurídicos especializados em contratações públicas;
- » Consultores, peritos e especialistas que atuam no mercado de licitações e contratos administrativos;
- » Empresas contratadas, licitantes, construtoras e prestadores de serviços que contratam com a Administração Pública;
- » Profissionais das áreas de planejamento, orçamento, suprimentos, compras governamentais e gestão contratual;
- » Servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais envolvidos nas fases de planejamento, contratação, execução, fiscalização e controle das contratações públicas;
- » Profissionais de empresas públicas, sociedades de economia mista e demais organizações que atuam no planejamento, orçamentação, execução e fiscalização de licitações, contratos administrativos e obras públicas.





CARGA HORÁRIA **24 horas**

(durante 03 dias corridos)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Contexto e fundamentos da reforma tributária

- Objetivos e princípios da Reforma Tributária: simplicidade, neutralidade e transparência.
- Estrutura e funcionamento do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).
- Extinção dos tributos anteriores (ISS, ICMS, PIS, COFINS e IPI) e efeitos sobre as obras públicas.
- Princípio da não cumulatividade plena: crédito integral em todas as etapas da cadeia produtiva.
- Princípio do destino: a tributação ocorre no local do consumo, e não mais na origem.
- A Reforma Tributária e os seus impactos na construção civil.
- Os impactos da Reforma Tributária nos contratos administrativos
- Diferenças entre a tributação de obras públicas e privadas no novo regime
- Como fica o Simples e a tributação pelo lucro presumido na Reforma Tributária
- Regras sobre os créditos de IBS e CBS
- Incidência do IBS e do CBS “por fora” em contraposição ao ICMS incidindo “por dentro”
- Como fica o IPI com o advento da Reforma Tributária?
- Split Payment: conceito, funcionamento e implicações nas medições e pagamentos de contratos públicos.
- Operacionalização do Split Payment em contratos com retenção de IBS/CBS pelo tomador do serviço.
- Reflexos do Split Payment na formação de caixa das construtoras e na gestão financeira do contrato.
- A competência federativa para recolher os tributos da obra
- O CIB (Cadastro Imobiliário Brasileiro) como centro de custo para recolhimento do IVA sobre obras de construção civil
- Regras de transição.





- Necessidade de readequação dos sistemas de contabilidade, faturamento e orçamentação pública.

Impactos na formação de preços e orçamentação de obras pública

- Efeitos da reforma na composição dos custos diretos e indiretos das obras
- Revisão do BDI: nova estrutura de encargos, tributos e margens.
- Qual seria a equação para cálculo do BDI
- Tratamento do IBS e CBS na planilha orçamentária: insumos, serviços e encargos sociais.
- Comparativo entre regimes tributários antes e depois da reforma.
- Simulações práticas de orçamentação de obra pública com o novo modelo tributário.
- Como tratar os créditos de IBS e CBS existentes nos custos horários dos equipamentos (depreciação, custo de oportunidade, manutenção, combustíveis, seguros e impostos, energia, mão de obra de operação)?
- Há créditos de IBS e CBS na mão de obra? Aonde estariam tais créditos?
- A Reforma Tributária e o incentivo à “pejotização da mão de obra”.
- Demonstração do BDI ano a ano, de 2026 a 2033 com a implementação da Reforma

Impactos na Formação de Preços de Serviços Contínuos com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra

- Panorama da Reforma Tributária aplicada aos serviços terceirizados
- Mudanças na incidência tributária sobre contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.
- CBS e IBS na composição dos custos da terceirização
- Tributos incidentes, base de cálculo e impactos sobre a precificação dos contratos.
- Creditamento tributário em serviços intensivos em mão de obra Limites, possibilidades e efeitos práticos do aproveitamento de créditos.
- Impactos sobre a planilha de custos e formação de preços Alterações nos módulos de custos diretos, indiretos, tributos e lucro.
- Nova lógica de formação de preços em contratos terceirizados
- Repactuação, reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro Hipóteses e critérios para recomposição contratual diante das mudanças tributárias.
- Impactos nos diferentes regimes empresariais. Simples Nacional, lucro presumido e lucro real: efeitos sobre competitividade e preços.
- Estruturação de editais e cláusulas contratuais frente à Reforma Tributária
- Boas práticas para mitigação de riscos e segurança jurídica.
- Estudos de caso e simulações práticas. Comparação entre cenários antes e depois da reforma em contratos terceirizados.





Reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos

- Disposições presentes na Lei Complementar 214/2025
- Conceitos fundamentais: matriz de riscos, teoria da imprevisão e fato do príncipe
- Distinção entre revisão, reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro.
- Formação da equação econômico-financeira do contrato
- Proteção constitucional à equação econômico-financeira do contrato
- Há necessidade comprovação o desequilíbrio por parte do contratado? Que documentação poderia ser exigida?
- Necessidade de exame global do contrato
- Qual a data do fator gerado do reequilíbrio da Reforma Tributária?
- Modelagem de custos e projeção de impactos tributários em contratos vigentes.
- Ajustes de planilhas orçamentárias e recomposição do BDI após a Reforma Tributária.
- Roteiro detalhado e metodologia proposta para reequilibrar os contratos de obras públicas.
- É necessário celebrar termo de aditamento para reequilibrar os contratos administrativos por conta da Reforma Tributária? Os contratos poderiam ser alterados por mero apostilamento caso as bases para revisão de preços já estejam incorporadas aos contratos?
- Existem regras de preclusão que podem ser opostas pela administração para não reequilibrar os contratos por conta da reforma tributária?
- A variação no preço dos insumos em virtude da Reforma Tributária pode ensejar o reequilíbrio do contrato de construção civil ou o impacto do novo regime se restringe aos tributos constantes do BDI?

ESPECIALISTAS



ANDRÉ PACHIONI BAETA

André Pachioni Baeta é engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Também possui pós-graduações em Gestão Pública e em Direito Administrativo e Licitações. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas. É autor dos livros “Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas” e “Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações e Contratos de Obras Públicas”, publicados pela Editora Pini, e coautor dos livros “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance”, editado pela Editora Juspodivm, Pareceres de Engenharia, editado pelo Clube dos Autores, e “Terceirização – Legislação, Doutrina e Jurisprudência”, editado pela Editora Fórum.





RAFAEL JARDIM

Auditor Federal de Controle Externo, é assessor de ministro do TCU e foi dirigente daquela Corte por mais de dez anos. Ex-Secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela Corte.

Coautor dos livros "Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU" – 4ª Edição, "O RDC e a Contratação Integrada na prática".

No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e, também, de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014.

Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina.

Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, governança, compliance, integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.



THIAGO ZAGATTO

Advogado e Engenheiro Civil. Mestre em Direito Econômico PUC/PR. Auditor do Tribunal de Contas da União. Especialista em terceirização de serviços pela Administração Pública. Autor de artigos relacionados à terceirização. Parecerista. Professor da Pós-Graduação em Licitações e Contratos da Unibrasil. Palestrante em diversos eventos relacionados a contratações públicas.

INVESTIMENTO

R\$5.290,00 /por participante

Cinco mil duzentos e noventa reais



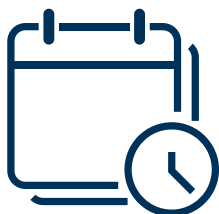
ESTÁ INCLUSO:

- **Material de Apoio** - CON Treinamentos (caneta, lápis e marca texto);
- **3 almoços + 6 coffee breaks;**
- **Certificado** de Participação digital;
- **Apostila** exclusiva impressa;
- **Acesso** a Calculadora **BDIPro**;
- Acesso ao **RepactaPro** - Plataforma profissional para repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro de contratos;
- **Livro impresso** - REFORMA TRIBUTÁRIA: Impacto nas obras públicas e o novo BDI.





DATA E LOCAL



19 A 21 DE OUTUBRO DE 2026
FOZ DO IGUAÇU/PR

Local em definição

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de CONNECTON MARKETING DE EVENTOS LTDA, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco n° 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9



Banco n° 341
Ag. 0615
C/C 21708-0



Banco n° 237
Ag. 02037
C/C 0496760-7



PagSeguro





Pronto para dar o próximo passo com a gente?

A **#CasaCON** acredita que o conhecimento tem o poder de transformar carreiras, vidas e (por que não?) o futuro do nosso país. Se você é tão apaixonado por aprender quanto nós, está no lugar certo! Estamos aqui para **acelerar seu desenvolvimento e ajudar você a alcançar novas conquistas com segurança e eficiência.**

Quero me inscrever agora!



Se preferir, entre em contato com nossa central de relacionamento:

 (41) **3068-3858**

 (41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

    **@contreinamentos**

CON | **#EU ME IMPORTO**
treinamentos